



Assembleia Municipal de Velas

ATA Nº2

*Leitor
Filipe
Teixeira*

-----Ata da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal das Velas realizada no dia vinte e nove de novembro de dois mil e treze.-----

-----Aos vinte e nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze, pelas dezanove horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho das Velas, freguesia das Velas, deu-se a reunião extraordinária da Assembleia Municipal do Concelho de Velas presidida pela senhora Maria Isabel Góis Teixeira, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----1- **Proposta sobre a forma do envio dos documentos aos deputados municipais;**-----

-----2- **Apresentação de propostas de alteração do Regimento Interno da Assembleia Municipal;**-----

-----3- **Eleição de quatro elementos da Assembleia Municipal para fazerem parte do Conselho de Ilha;**-----

-----4- **Eleição de sete elementos para a Comissão Permanente da Assembleia Municipal (criada pelo Regimento Interno desta Assembleia Municipal);**-----

-----5- **Designação de quatro elementos para a Comissão Alargada, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Velas, nos termos do artigo 16º da Lei nº147/99, de um de setembro;**-----

-----6- **Fixação das taxas de I.M.I. - Imposto Municipal sobre Imóveis, para o ano de 2014;**-----

-----7- **Fixação das taxas pelos direitos de passagem/lei das comunicações eletrónicas, para o ano de 2014;**-----

-----8- **Contratação da prestação de serviços de revisão oficial de contas/auditoria externa ao Município das Velas;**-----

-----9- **Prestação de contas intercalares;**-----

-----10- **Designação de membros efetivos, e igual número de suplentes, de cada partido com assento na Assembleia Municipal, para a Comissão de Atribuição de Bolsas de Estudo;**-----



Assembleia Municipal de Velas

-----11- Designação de três elementos da Assembleia Municipal para a Comissão Concelhia de Trânsito;-----

-----12- Designação de três elementos da Assembleia Municipal para a Comissão de Toponímia;-----

-----13- Autorização da realização de despesas em mais de um ano económico – prestação de serviços de revisão oficial de contas.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal das Velas fez o enquadramento legal da sessão, focando-se no artigo 13º do Regimento em vigor, da sessão convocada devido à receção de ofício da Câmara Municipal nº.3605/1.2.4, datado de dezanove de novembro de dois mil e treze, solicitando o pronunciamento da Assembleia sobre diversos pontos e considerando a urgência na sua aprovação. Desse modo, a mesa decidiu convocar esta sessão, nos termos da Lei nº 75/2013 artigoº 50º número dois.-----

-----Iniciados os trabalhos, a senhora Presidente da Assembleia, após dar conhecimento das faltas justificadas, por *e-mail*, dos deputados municipais Rosa do Céu Baptista Pinto e José Júlio Maciel Rodrigues, deu posse em ata avulsa aos deputados substitutos Hélder Fernando Sousa Teixeira e Sandra Cristina da Rocha Fontes. Com a tomada de posse dos novos membros, deu as boas vindas e solicitou ao primeiro secretário da mesa, a chamada dos senhores deputados municipais.-----

-----Assim, como solicitado pela Presidente, procedeu-se à chamada, pelo que se confirmou a presença dos deputados municipais Maria Isabel Góis Teixeira, João Manuel Estrela Maciel, Maria de Fátima da Silveira, António Manuel da Silveira Azevedo, Maria da Luz Silva das Graças, Sandra Cristina da Rocha Fontes, Paulo César Azevedo Silva, Fernandino Bettencourt de Simas, Rui Miguel Vieira Sequeira, Liliana Isabel Maciel Almeida, Armando Manuel Cordeiro Bettencourt, Hélder Fernando Sousa Teixeira, Cátia Filipa Cunha Coquete, André Miguel da Silveira, José Luís Dias Bettencourt, Vasco Filipe Pinto Azevedo, Fernando Jorge Pereira, Rúben Fernandes Alves Serpa, André Filipe Galego Ataíde, Alberto Manuel Soares Almeida, Hélio Silveira da Rosa.-----

-----Verificada a presença de todos os membros da Assembleia Municipal e, havendo legalidade na convocatória, verificou-se que havia quórum, dando-se assim início à sessão.-----



Assembleia Municipal de Velas

Handwritten signature in blue ink.

-----A senhora Presidente pediu a autorização dos deputados municipais para que as **sessões da Assembleia Municipal continuem a ser gravadas pela Rádio Lumena**. Não tendo sido proferido oposição à gravação, **a mesma ficou aprovada por unanimidade**.-- Seguiu-se a leitura da ordem de trabalhos, supra citada, que a Presidente explicou que constava da convocatória enviada aos excelentíssimos senhores deputados.-----

-----Antes de iniciar os assuntos da ordem do dia há lugar ao período de «antes da ordem do dia», este período é definido pelo artigo 21º do Regimento em vigor, que enuncia também um período de «Intervenção do Público». Como estabelece o artigo 22º do Regimento, este período divide-se em «assuntos internos e administrativos da própria Assembleia», em período destinado «à intervenção do público», que não pode exceder trinta minutos, e em período de «tratamento de assuntos gerais de interesse para o município por parte dos deputados municipais», que não pode exceder sessenta minutos. Assim, iniciou-se o período dos «assuntos internos e administrativos da própria Assembleia», o que deu lugar à leitura e aprovação da ata da sessão anterior, que ocorreu extraordinariamente no dia vinte de outubro de dois mil e treze, a ata número um da Assembleia Municipal das Velas. O segundo secretário procedeu à leitura da referida ata, disponibilizando a senhora Presidente o conteúdo da mesma para apreciação do plenário da Assembleia. Terminado o período de apreciação ficou a ata de vinte de outubro sujeita a aprovação, sendo esta **aprovada por unanimidade**.-----

-----Posto isto, a senhora Presidente da Assembleia Municipal comunicou que lhe chegara a seguinte correspondência:-----

-----1- Vários ofícios, da Câmara Municipal, que remetiam à Assembleia várias atas de reuniões, sendo as mesmas datadas de 2 de setembro, de 16 de setembro, de 25 de outubro e de 1 de novembro, de dois mil e treze;-----

-----2- Ofício da Junta de Freguesia de Velas a comunicar a composição do seu executivo;-----

-----3- Ofício da Junta de Freguesia de Rosais a comunicar a composição do seu executivo;-----

-----4- Ofício da Junta de Freguesia de Santo Antão também a comunicar a composição do seu executivo;-----



Assembleia Municipal de Velas

- 5- Vários ofícios da Associação Nacional de Municípios Portugueses. Convite para a Assembleia para o XI Congresso da ANMP;-----
- 6- Envio de uma carta aberta em defesa da escola pública, da Federação Nacional dos Professores;-----
- 7- Um *e-mail* de divulgação de uma exposição de artesanato da Vice-Presidência do Governo;-----
- 8- Ofício da Ordem dos Advogados a convocar a Assembleia para uma reunião entre os autarcas e a Ordem de Advogados;-----
- 9- Convite da Câmara da Calheta para estarem presentes na missa e na procissão da padroeira Santa Catarina no dia vinte e cinco de novembro;-----
- 10- Ofício do serviço de desporto, com convite para a gala de desporto;-----
- 11- Requerimento do grupo parlamentar CDS-PP sobre a interdição de banhos e proibição de atividades de pesca na lagoa da Caldeira da Fajã de Santo Cristo;-----
- 12- A Assembleia Legislativa Regional enviou uma resolução, aprovada na sessão de dezoito de outubro de dois mil e treze, a pronunciar-se, por iniciativa própria, sobre o encerramento do Serviço de Finanças nos Açores;-----
- 13- Ofício do Município sobre o objeto de receita da cobrança virtual, que aprovou por unanimidade. Assim, durante o mandato, as receitas que serão objeto desta cobrança serão as provenientes do fornecimento de água e serviço de recolha de lixo sendo de quinze dias o prazo de cobrança. Após este prazo proceder-se-á ao corte comunicado ao devedor com um pré-aviso de vinte dias;-----
- 14- Ofício do Município a pedir a reunião extraordinária desta Assembleia;-----
- 15- Convite da Atlânticoline a convidar para a presença na bênção e apresentação do navio para transporte de passageiros, o Mestre Simão, que teve lugar na Horta no dia vinte e quatro de novembro;-----
- 16- Ofício da Santa Casa da Misericórdia a convidar o Presidente da Assembleia para a festa de Natal, a realizar na instituição;-----
- 17- A Santa Casa da Misericórdia ofereceu à Assembleia um livro sobre o XI Congresso Insular das Misericórdias dos Açores e da Madeira, um livro sobre atas.-----



Assembleia Municipal de Velas

Handwritten signature in blue ink.

-----Após a leitura da correspondência, a senhora Presidente da Assembleia pediu aos grupos municipais presentes a **indicação dos seus líderes**. Inscreveram-se:-----

----- **-O CDS/PP:** Líder João Manuel Estrela Maciel e Vice-Líder - Maria da Luz Silva das Graças. -----

----- **-O PSD:** Líder - António Manuel da Silveira Azevedo; Vice-líder - Paulo César Azevedo Silva; Secretária - Liliana Maciel Almeida. -----

----- **-O PS:** Líder - Maria de Fátima da Silveira; Vice-líder - José Júlio Maciel Rodrigues; Secretária - Rosa do Céu Baptista Pinto.-----

-----**Constituída a direção dos grupos municipais** a senhora Presidente questiona se têm alguma informação ou algum requerimento para entregar.-----

Inscreveu-se a deputada Fátima Silveira: informa que é a primeira reunião de trabalho e que espera que os próximos quatro anos a trabalhar juntos seja um prazer e resulte num trabalho profícuo querendo, por isso, registar, com apreço, que o senhor Presidente da Câmara das Velas convidou os três líderes da bancada dos três partidos ali representados e deu-lhes informações de alguns assuntos que já têm em andamento; São situações graves que se não forem bem geridas podem ter consequências nefastas para o Concelho. A deputada refere que as situações, segundo o Presidente da Câmara, estão a merecer a sua melhor atenção e dos seus colaboradores para minimizar as consequências, e são informações que quando o Presidente entender tornará públicas. No entanto, considera que há uma dessas informações, que acham por bem partilhar nesta sessão, pois informou que uma linha muito ténue nos separa do saneamento financeiro, o que seria desastroso para o nosso Concelho com todos os problemas que isso acarretaria para todos nós. Acrescenta que acreditam que ele tudo fará para afastar essa perigosa linha, contudo acham importante que todos tenham conhecimento dessa ameaça para ajudar a entender melhor algumas situações. Desejam o maior sucesso e manifestam, assim, a sua disponibilidade para dar toda a sua colaboração para que sejam atingidos os objetivos, para bem do concelho. Congratulam o gesto de confiança e transparência, o que lhes faz agourar uma boa relação entre todos os que vão trabalhar no grupo municipal, criando um ambiente propício para que todos possam dar o seu contributo independentemente da cor política, pondo o concelho e os munícipes à frente de quaisquer outros interesses. -----



Assembleia Municipal de Velas

João Estrela
Fátima Silveira

Inscreveu-se o deputado João Estrela: pretendendo que o Presidente da Câmara, depois de vinte e nove dias da tomada de posse, diga o que tem sido feito, faça um balanço e diga quais são as prioridades da Câmara Municipal, a partir de agora, para os próximos tempos.-----

-----A senhora Presidente questionou se alguém do público pretendia intervir, para se inscreverem nos termos regimentais, ninguém quis participar pelo que informou que não havendo também entrada de requerimentos ou propostas, passam ao período de assuntos de interesse geral do município por parte dos deputados municipais, pelo que a questão do senhor João Estrela já se insere neste objeto, e informa que este período tem a duração de uma hora.-----

-----O **Presidente da Câmara** tomou a palavra. **Agradece as palavras da senhora deputada Fátima Silveira** à sua pessoa e reafirma que disse que se pautaria por um mandato transparente, num diálogo aberto e franco desde o primeiro dia, e assume que é o que está a fazer, espera consegui-lo e tudo fará para que assim seja, pois é o que pode levar ao sucesso do concelho por isso solicitou uma reunião com os líderes dos três grupos municipais de forma a transmitir-lhes algumas situações que considerou pertinente transmitir. Deixa a porta aberta ao diálogo, pois sempre que os líderes queiram reunir estará disponível e agradece o voto de confiança do partido socialista.-----

Quanto à questão do senhor João Estrela, o senhor Presidente informou que o executivo tem procurado fazer a “radiografia” da situação direta e indireta do Município das Velas, sendo a direta relacionada com a Câmara Municipal em si, e a indireta com as empresas municipais VelasFuturo E.E.M. e Terra de Fajãs E.M.S.A., nas quais o Município tem responsabilidade a cem por cento e com a ADISJ-Associação para o Desenvolvimento da Ilha de São Jorge, na qual é sócio maioritário. Realça que, sendo esta uma sessão extraordinária, a lei não obriga a tratar deste assunto pelo que o fará mas sem pormenor, pois isso será feito na próxima sessão ordinária. Refere que em termos financeiros, a dívida da Câmara Municipal ascende aos doze milhões e algumas centenas de milhares de euros não conseguindo precisar o valor exato até ao momento pois todos os dias surgem surpresas. Afirma que a Câmara em si está saudável, tendo uma dívida na ordem de um milhão e oitocentos mil euros, sendo portanto sustentável, valor este



Assembleia Municipal de Velas

referente à banca e que tem a contabilidade organizada, quer com o seu ROC (Revisor Oficial de Contas) quer com o Tribunal de Contas. Relativamente a fornecedores esta quase não se verifica por se cumprir a Lei dos Compromissos Locais. Enuncia que quanto às empresas municipais VelasFuturo E.E.M. e Terra de Fajãs E.M.S.A. a situação difere, têm uma dívida na ordem dos cinco milhões de euros, embora não consiga ainda precisar o valor, dos quais três milhões e meio é dívida controlada, porque é dívida de quando foi criada a empresa Terra de Fajãs E.M.S.A., num empréstimo único, que é suportado pelo orçamento da Câmara através de um contrato-programa, mas tem sensivelmente um milhão e meio, a dois milhões, que é dívida descontrolada, dívida essa que nem está consolidada nas dívidas da Câmara Municipal. Para fazer face aos compromissos assumidos com a Banca, as empresas precisariam de sensivelmente um milhão e seiscentos mil euros até ao final do ano, pois têm um empréstimo a curto prazo no BESA, contraído em maio deste ano pela Velasfuturo E.E.M., para ser pago numa prestação única. Refere que o empréstimo foi feito para ter tesouraria na empresa municipal para pagar as obras candidatas ao PROCONVERGÊNCIA por forma a poder executar, pagar e depois receber o dinheiro dos fundos comunitários, pagando posteriormente à banca. As obras foram executadas, o dinheiro entrou em finais de agosto ou início de setembro mas o executivo cessante durante o mês de setembro utilizou quase a totalidade desse dinheiro; Além de que há uma prestação a vencer no BANIF, também em dezembro, relativo ao empréstimo da Terra de Fajãs E.M.S.A. na ordem dos cento e vinte mil euros, e não têm dinheiro para pagar nenhuma dessas prestações. A Velasfuturo, E.E.M. tem um factoring no Montepio Geral, que já devia ter sido liquidado, no valor de cento e noventa e seis mil euros; e que não está pago, sendo constantes os pedidos de esclarecimento. Acresce um factoring, a uma empresa de projetos de angra, de cento e vinte e sete mil euros, que está por pagar há quase um ano. Além disso, existem outros valores em dívida. A Câmara passou como transferência onerosa da Casa Cunha mais de duzentos mil euros para a empresa Velasfuturo E.E.M., que também foram gastos. O Presidente do Executivo afirmou que este ano a Câmara Municipal transferiu para a empresa municipal cerca de seiscentos mil euros, que não sabe o seu fim; Informou ainda que o Tribunal de Contas está a fazer auditoria às duas empresas municipais, o que tem



Assembleia Municipal de Velas

sido difícil pois não havia documentos a suportar despesas, contudo devido a essa análise e à da Inspeção Geral das Finanças, não se pronuncia muito mais sobre o assunto. Após consulta a um jurista e um financeiro, estes indicaram que a CMV tem problemas complexos ao nível de uma grande câmara. Comunicou que as empresas ainda não têm Conselho de Administração nem liquidatário, e há uma complexidade muito grande a ser analisada; Além disso, existe ainda a decorrer uma obra do fundo comunitário candidata pela VelasFuturo E.E.M., a obra de requalificação da Casa Cunha, no valor entre os quinhentos e os seiscientos mil euros, e não podem entrar em incumprimento para que o PROCONVERGÊNCIA não exija a devolução do dinheiro. O futuro da empresa Terra de Fajãs E.M.S.A. passa pelo parecer do Tribunal de Contas, que tem mostrado indícios de que será para fechar. Se assim for, haverá lugar à consolidação das contas no Município.- Relativamente à ADISJ, existe uma dívida na ordem dos dois milhões e setecentos mil euros: À banca, a dívida é na ordem dos dois milhões e meio, e a outros no valor dos duzentos mil euros. Comunicou que a EPISJ, que pertence à ADISJ, tem um problema de tesouraria, que para o regularizar precisaria de cerca de duzentos mil euros. A dívida à banca divide-se em três empréstimos, um pago pelo contrato-programa com a Câmara Municipal, que termina daqui a dois, em que a Câmara transfere oitenta e cinco mil euros, anualmente. Existe um empréstimo que se encontra em incumprimento na Caixa Geral de Depósitos, no valor de trezentos mil euros, com um aval do Governo Regional dos Açores, através das Ilhas de Valor, e que até vinte e sete de Dezembro têm de pagar quase trinta mil euros para regularizar as prestações senão, segundo o gerente da Caixa Geral de Depósitos, têm de mandar para contencioso, tendo sido informado o GRA da situação. O outro empréstimo, no BANIF, é de aproximadamente um milhão, em que a prestação mensal é cerca de dez mil euros paga diretamente com dinheiro da escola, através da gestão dos seus recursos. Com esta gestão dos fundos do FSE a EPISJ acaba por entrar em incumprimento com outras instituições, o que pode criar muitos problemas. A soma de todas estas verbas resulta nos duzentos mil euros de défice da tesouraria. Refere ainda que no ano transato, o Governo Regional injetou esse dinheiro para resolver problemas de tesouraria mas este ano isso não aconteceu, contudo, brevemente poderá pagar-se dois meses de vencimentos em atraso aos funcionários. A redução de cursos e o processo de



Assembleia Municipal de Velas

Handwritten signature in blue ink.

massa insolvente da Castanheira para com a ADISJ, que pede dois milhões e meio de euros, são outros grandes problemas. Foi feito um estudo/auditoria pela Norma Açores que refere oitocentos mil euros de sobrefaturação, ou seja, a dívida real seria de setecentos mil euros e não de dois milhões e meio; contudo, o anterior executivo assinou uma declaração em que assume o total do valor pedido, existindo já um processo em tribunal, com um arresto sobre os bens, incluindo o edifício da escola e o da quinta (o terreno da Quinta é dividido em dois prédios, um deles foi comprado pela Terra de Fajãs, E.M.S.A., ainda no tempo do PSD, e o PS entendeu este ano voltar a vendê-lo à ADISJ para essa lhe pagar durante vinte e cinco anos. Exalta que a dívida da EPISJ de cinco milhões e meio é tendo em conta os dois milhões e meio do processo em tribunal. Quanto à dívida total da Câmara explicou que se tivermos em conta um semáforo, estamos na luz amarela prestes a passar para a vermelha, teremos de fazer tudo para não passar para a vermelha, a do saneamento, e a única forma é reduzindo a despesa e aumentando a receita. Só não entramos em saneamento porque o orçamento de Estado de dois mil e catorze altera os valores que estão agora em vigor, e porque a dívida da ADISJ não entra nas contas do Município; além disso há um empréstimo com regime de exceção que não é contabilizado para a entrada em saneamento. Esta seria o pior que podia acontecer porque teriam de colocar as famílias a pagar taxas pelo máximo (IMI, água), e a cobrar a derrama, ou seja, parte do lucro das empresas passaria a ser para o Município. Quanto ao investimento no próximo quadro comunitário ficaria muito comprometido porque parte da verba para as candidaturas seria para pagar dívida e poderiam ter de despedir funcionários. Finaliza afirmando que o executivo está a fazer de tudo para impedir essa situação; tentando apresentar projetos para candidatar ao PROCONVERGENCIA, cujo quadro termina no final deste ano, mas não se vai alongar sobre isso pois será objeto da próxima sessão. Acrescenta que já está aprovado o projeto de substituição da rede de água das Velas e do Ribeira do Nabo, faltando apenas o visto do Tribunal de Contas.-----

-----**A Presidente da Assembleia** tomou a palavra e questionou se ainda dentro das questões ao executivo, mais algum deputado se queria inscrever.-----

Inscreveu-se o Deputado Vasco Pinto que pretende saber com quanto dinheiro poderão as Juntas contar para o próximo ano. Refere a existência de um protocolo com três



Assembleia Municipal de Velas

prestações de dez mil euros, mais um de seis mil euros, para ajuda no combustível, e pergunta, concretamente no caso da Junta de Freguesia das Manadas, como vão justificar ao Tribunal de Contas os seis mil euros se realmente esse dinheiro não for entregue, visto estar assumido no orçamento de dois mil e treze. **A Presidente usou da palavra** para alertar que nas reuniões extraordinárias não há lugar ao período de questões sobre as Juntas de Freguesia, mas apenas de questões de interesse do Município, porém não irá retirar a palavra ao Presidente da Câmara se esse pretender responder. **O Presidente do Executivo** usou a palavra para responder ao deputado Vasco Pinto, afirmando que apesar da restrição financeira em que se encontram, e que apesar de ter uma forte sensibilização pelas dificuldades financeiras das Juntas de Freguesia, tendo sido presidente de uma durante doze anos, fizeram um enorme esforço para em vinte e nove dias já ter pago dez mil euros a cada uma das Juntas, que teve o cuidado de reunir com os presidentes de todas as juntas para tentar perceber os problemas de cada uma. Quanto aos seis mil euros exemplifica desde logo através do orçamento da Câmara para dois mil e treze que referia mais de seis milhões de euros de receitas e estão a chegar aos cinco milhões e não vão ultrapassar muito isso, faltando um milhão. Assim, os seis mil euros eram em delegação de competências, e este novo executivo já não tinha dinheiro nem tempo para dar seguimento ao processo. Reiterou que os seis mil euros eram uma responsabilidade do anterior executivo, e que de momento não têm esse dinheiro nem tempo útil para o procedimento. Em relação ao Tribunal de Contas adianta que o senhor Presidente de Junta não tem de justificar esse dinheiro. Têm um orçamento aprovado pelo anterior executivo, que já foi aprovado em Assembleia de Freguesia, e que um orçamento é uma previsão e não uma realidade, além de que as verbas transferidas não se encontram protocoladas. Concluiu que caso seja necessário prestar esclarecimentos ao Tribunal de Contas, é o senhor o Presidente da Junta que terá que prestar.-----

Inscreveu-se o deputado António Azevedo. Levantou questão que os caminhos agrícolas nunca têm dono, por vezes é da Câmara, outras do IROA ou dos Serviços de Desenvolvimento Agrário, entre outras, mas quando é para arranjar os caminhos é sempre a Câmara e as Juntas de Freguesia que arranjam, e estando-se a aproximar numa época de grandes chuvadas considera que é a altura ideal para grandes reparações e para evitar



Assembleia Municipal de Velas

prejuízos futuros. Pretende saber se o Presidente sabe como está a questão da saibreira de Rosais, para saber se está legal ou não, e qual será o critério que a Câmara irá utilizar para chegar a todas as freguesias. Ainda quanto às lavouras, mas na questão da água, pretende perceber como está a situação do furo da Ribeira do Nabo que segundo o que consta está pronto, mas que faltam as canalizações e a rede elétrica; e se seria viável a Câmara apresentar por escrito ao IROA uma proposta para a reparação de alguns tanques porque a maioria têm as lonas danificadas, alega que se pôs os tanques mas ninguém trata da manutenção deles, pelo que estão sujeitos a poluição e é um assunto urgente a tratar porque agora não há problema de falta de água mas chegando a maio poderá haver. Ainda em relação às águas, mas quanto ao abastecimento público à população, ouviu que está a candidatar a questão da Ribeira do Nabo mas adianta: já foram feitos estudos anteriores que indicam que as Manadas poderão ter água, o que faz todo o sentido porque as Manadas estão viradas a Sul mas de costas para o Norte, e segundo esses estudos há forte possibilidade de ter água em abundância; Nunca se quis fazer um estudo sério e investir nessa matéria. Afirma que isso poderá resolver o problema do Concelho, visto que as Manadas têm uma altitude elevada, pelo que considera que faria sentido fazer um estudo sério e uma candidatura, para resolver os problemas. Diz que o problema da Ribeira do Nabo e das Manadas vem ao longo do tempo, que nunca se resolveu e considera que era importante resolver de uma vez por todas.-----

Respondendo ao deputado António Azevedo, **o Presidente do Executivo** disse que o orçamento do Município para dois mil e catorze já está decidido e aprovado em reunião de Câmara pelo que irão remeter para a senhora Presidente da Assembleia, para expor na próxima sessão. Afirma que é um documento complexo, que o dinheiro não chega para tudo, mas que definiram o valor para as Juntas Freguesia, freguesia a freguesia, por isso já sabem qual é o orçamento para cada Junta; Já transmitiu o orçamento a alguns presidentes de Junta que lhe perguntaram, no entanto, poderá, após o intervalo, transmitir novamente esses valores. Quanto às questões concretas, profere que são duas preocupações também do elenco camarário. Na questão dos caminhos agrícolas, pronuncia que na maioria dos casos é a Junta de Freguesia em conjunto com a Câmara que arranja os que são da sua competência e os que não são. O Presidente do Executivo



Assembleia Municipal de Velas

disse que decorre da lei, na sua opinião embora mal mas é aquilo que existe, que os próprios perímetros agrícolas são da responsabilidade do IROA, que define o que é perímetro agrícola, mas depois a manutenção dos caminhos é da responsabilidade dos municípios. Tem o entendimento, contrariamente ao Deputado Municipal, mas entende que são opiniões legítimas de ambas as partes, de que a melhor altura para saibrar caminhos será na Primavera, a altura em que o saibro ainda “aperta”, colocarem saibro nos caminhos nesta altura é pior pois a água vai arrastar grande parte dele e pelo Verão os caminhos já estarão degradados. Afirma que estão a trabalhar no sentido de na próxima Primavera, terem saibro para arranjam os caminhos do Concelho no seu todo, em colaboração com as Juntas de Freguesia. Explica que teve uma conversa com o senhor Secretário Regional dos Recursos Naturais, porque a saibreira municipal está encerrada há sensivelmente quatro anos, mas os Serviços Florestais compraram um terreno de nove alqueires de saibro, adjacente à saibreira municipal, no final do ano passado. Alega que a saibreira continua sem estar licenciada, mas solicitou ao senhor Secretário que lhes permitisse, excecionalmente, retirar saibre daquele terreno, porque os caminhos há muitos anos que não levavam saibre e estão totalmente degradados, o que cria dificuldades aos agricultores, pediu também que facultassem a máquina giratória dos Serviços Florestais, desse modo pediu que repartissem custos sendo a Câmara e as Juntas, em colaboração com os Serviços Agrícolas, a saibrar os caminhos, com cedência da máquina para cavar o saibre, desse modo o IROA cedia o gásóleo para a máquina e a Câmara dava o funcionário para essa máquina. Acrescenta que, o senhor Secretário é sensível a esse problema e que dará instruções diretas à senhora Diretora Regional para autorizar a cedência da máquina. Acredita que em fevereiro/março estarão a tratar deste assunto, que é da responsabilidade dos Municípios e não das Juntas. Mas reafirma que o protocolo para o ano com as Juntas será de delegação de competências, e o orçamento atribuído deixa de ser para obras e passa a ser para as juntas terem responsabilidade de manter aquilo que é responsabilidade do Município, caso aceitem, feito na sua área de jurisdição. Quanto às águas, informou que foi aprovado um projeto na ordem dos quatrocentos mil euros para requalificar as condutas que estão obsoletas na zona histórica da Vila das Velas e um troço na Ribeira do Almeida. O Presidente referiu que é uma empreitada que



Assembleia Municipal de Velas

aguarda apenas o visto do Tribunal de Contas, e que durante o ano que vem estará concluída. Mencionou que, quanto às Manadas e à preocupação da água no seu todo, o que é facto é que a responsabilidade de fornecer água à lavoura é do IROA e à população é da Câmara, que tem havido sempre entendimento e deve continuar a haver entre as duas instituições para haver abastecimento da Câmara com algumas cedências pelo IROA, salientou que o furo da Ribeira do Nabo foi construído pelo IROA e neste momento só aguarda ligação de electricidade, e que se não foi adjudicado o será em breve, por isso o furo estará em plenas condições e permitirá bombardear quarenta e cinco mil litros de água por hora, estando já a conduta ligada à rede do Município. Quanto às Manadas e os caudais de águas e toda essa situação, referiu que já está a ser analisado, que o senhor vereador percorreu o Concelho com o engenheiro Jorge Almeida a semana passada viram algumas fontes, e verificaram que existem muitos desperdícios de água. No próximo quadro comunitário será necessário um investimento de fundo e neste momento já estão a recolher informações do que é preciso em concreto. Refere que as Manadas são a maior preocupação porque é a freguesia com mais problemas neste momento mas atenta que todas as estações elevatórias estão obsoletas a todos os níveis. Alegou que no ano dois mil e catorze haverá um reforço no orçamento para tentar colmatar as falhas identificadas. Informou que as estações elevatórias custam vinte e cinco a trinta mil euros de luz por mês, porque durante o inverno quando tem um consumo muito menor continuam a pagar o mesmo porque não podem desligar os furos visto que os quadros elétricos não permitem. Acresce que há furos provisórios com ligações elétricas complexas que já deveriam ter sido resolvidos. Mencionou que toda esta questão tem de ser resolvida para a população não ficar sem água, o que poderá acontecer. Acrescentou que o furo da Ribeira do Nabo, que está próximo do que foi aberto pelo IROA, bombeia sessenta mil litros de água por hora e tem um tempo útil de vida de vinte anos contudo que ele já tem trinta, podendo deixar de funcionar a qualquer momento, por isso sem o furo do IROA podem deixar de ser capazes de fornecer água à população. Por último, enuncia que vão tomar nota da chamada de atenção quanto ao IROA e que vão alertá-los quanto aos reservatórios, para que fique registado.-----



Assembleia Municipal de Velas

O deputado **António Azevedo** acrescentou que esta será a melhor altura para tratar dos caminhos para minimizar os estragos provocados pela chuva durante o Inverno. Colocou ainda a questão sobre qual será a posição do município em relação às cobranças da água.-

Foi dada a palavra ao Presidente do Executivo que afirmou que a posição do Município será uma posição de rigor. Afirma que a questão da cobrança da dívida do abastecimento de água é importante visto que ascende a cerca de duzentos e oitenta mil euros, estando a ser feito o levantamento ao pormenor e a ser realizado o devido enquadramento legal para cobrança. Acrescenta que serão entregues ofícios a todos os munícipes devedores, indicando o valor com dívida e dando prazo limite para reclamações, pagamento da totalidade da dívida, ou possibilidade de estipular um plano de pagamento em prestações.-----

Inscreveu-se o deputado André Ataíde. Começou por agradecer o esforço económico do executivo da Câmara Municipal, em especial ao senhor Presidente Luís Silveira, que em tão pouco tempo conseguiu disponibilizar dez mil euros a cada Junta de Freguesia, sendo esse muito importante para o funcionamento das mesmas. Acrescentou que, como é do conhecimento do Presidente do Executivo, foi aberta uma vala no Caminho de Cima junto à empresa Gelcajor, que foi tapado com terra até ao presente dia, com a chuva a terra que lá estava foi levada ficando uma vala pequena que dificulta a passagem dos automóveis, a Junta já lá foi algumas vezes tapar com terra mas que quando chove a terra volta a ser levada. Assim, pretende saber o que a Câmara vai fazer quanto a isso e quando o vai fazer. Acrescenta que não pôde deixar de reparar que desde o início do mandato deste executivo, voltaram a trabalhar no Edifício Sol e sendo esse muito importante para a freguesia do deputado, o que pretende saber é se as obras vão continuar. Para terminar refere que gostaria de informar o Presidente que tem sido feito um trabalho muito rigoroso em conjunto com a Secretaria Regional do Ambiente na limpeza e requalificação das linhas de água da freguesia, nomeadamente na ribeira de água e na ribeira do poço novo, que como o Presidente sabe não são da total responsabilidade das Juntas de Freguesia e, assim sendo, questionou se poderão ser disponibilizados alguns materiais tais como combustíveis para a máquina que trabalha na limpeza das mesmas, e areia e cimento para a construção de muros. Conclui que, como tem sido até agora, a mão-de-obra será da inteira responsabilidade da Junta de Freguesia de Rosais.-----



Assembleia Municipal de Velas

A Presidente da Assembleia usou a palavra agradecendo as questões, e recorda que se volta a abrir uma exceção para esta temática, visto já ter sido dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia das Manadas, dando assim a oportunidade ao Presidente do Executivo de responder.-----

O Presidente do Executivo respondeu que já visitou a vala referida, juntamente com o Vereador David Pacheco e com o Engenheiro da empresa Tecnovia de forma a perceberem qual o custo efetivo para fazer aquela reposição de asfalto na zona. Acrescentou que a mesma foi autorizada pelo senhor Vice-Presidente do Executivo anterior, na altura em que se registaram problemas de água na freguesia e reconhece que é um problema grande, no entanto já está acordado com a Tecnovia a reposição do pavimento, pelo que quando produzirem asfalto irão a Rosais tapar a vala. Quanto às obras no Edifício Sol disse que não pode afirmar se vão continuar, gostaria que sim, mas neste momento o empreiteiro está a efetuar as obras já pagas mas faltam concluir algumas coisas. Informou que já estão a tomar algumas diligências, pois o Governo Regional comprometeu-se a passar muito dinheiro para aquela obra, mas que não o fez na totalidade porque a obra esteve parada; o valor já transferido está a ser aplicado e depois disso convidarão o governo a visitar a obra para que disponibilize a restante verba acordada com os Escuteiros de Rosais e com a Casa do Povo dos Rosais, não com a Junta de Freguesia uma vez que o valor acordado já foi disponibilizado, no entanto, é necessário que o Governo possa disponibilizar a referida verba. Acredita que é um edifício para concluir, e em breve o executivo irá agendar uma reunião com os Escuteiros, Casa do Povo e Junta de Freguesia de Rosais, para dar mais pormenores quanto à obra e o que preveem quanto a essa. Quanto ao pedido de materiais, menciona que isso terá de ser analisado caso a caso, reconhece que no passado o Município cedeu combustível à Juntas, mas neste momento todo o combustível colocado nas viaturas do município é contabilizado, mas é uma questão a avaliar no futuro e verificar se existe essa disponibilidade. Refere que existem três Juntas de Freguesia que não têm máquinas, e há três Juntas que têm que é o caso de Rosais, Manadas e Norte Grande. Por esta razão, não considera justo o Município fazer o trabalho nas outras Juntas de Freguesia com as suas máquinas, com os seus operadores e com o seu gasóleo enquanto as outras Juntas fazem o serviço com as suas máquinas e não recebem nada, por isso refere que é questão que tem



Assembleia Municipal de Velas

de ser conversada. Acrescenta que o executivo pretende visitar cada junta para que possam reunir com o executivo da junta e avaliar os problemas de cada uma, o que acontecerá a partir do próximo ano. Afirma que estão aqui para colaborar e proferiu que «as ribeiras não são só responsabilidade das Juntas» e que é precisamente o contrário, as ribeiras não são da responsabilidade das Juntas, são responsabilidade do Governo e da Câmara Municipal. Contudo atesta existir alguma responsabilidade ética das Juntas de Freguesia perante a população, que deve ser tida em conta mas, que como é óbvio directamente é uma responsabilidade da Câmara por isso tudo fará para que se possa proceder a esses trabalhos, nomeadamente nas linhas de água que é uma preocupação da Câmara. O Presidente adiantou que o Plano Municipal de Emergência está a ser trabalhado em bom ritmo e espera em breve poder apresentá-lo em Assembleia Municipal.-----

A Presidente da Assembleia usou a palavra para perguntar se mais alguém se pretendia inscrever, e na ausência de inscrições propôs um intervalo de vinte minutos antes de iniciarem o período da ordem do dia.-----

-----**Iniciou-se o período da ordem do dia.** A Presidente da Assembleia informou o plenário que pretendia exercer o seu direito de voto, tal como definia o Regimento em vigor. -----

-----**Ponto um: Proposta sobre a forma de envio dos documentos aos deputados municipais.**-----

A proposta apresentada para análise é de que os documentos sejam enviados ao líder da bancada municipal em papel e em formato digital aos Deputados Municipais.-----

Inscreveu-se a deputada Fátima Silveira que informou não concordar com a proposta em análise pois considera que todos os deputados devem ter o direito de exercer o seu direito de opção, ou por *e-mail* ou por papel ou por cd. Conclui que a sua proposta é que cada deputado exerça a sua preferência.-----

A Presidente da Assembleia considerou que, assim, não houve nenhuma proposta, no entanto a **deputada Fátima Silveira** refutou afirmando que a proposta é exatamente que cada deputado possa exercer o seu direito de opção. Desse modo, a **Presidente** considerou que será mais fácil enviar um ofício a cada deputado municipal e que esses depois respondam por escrito, e que depois consoante as respostas se decidirá. -----



Assembleia Municipal de Velas

Inscreeveu-se o deputado António Azevedo que não considerou a proposta da bancada do PS nada prática porque deve haver uma regra, e deve ser igual para todos e não com um a querer de uma forma e outro de outra porque em termos de serviços não é prático. Pensa que é muito mais lógico o método como a mesa está a propor, um suporte em papel para cada um dos líderes e depois em suporte de cd para cada um dos outros membros da bancada. Desse modo concorda com a proposta que está em cima da mesa e é nessa que votam favoravelmente.-----

A Presidente da Assembleia relembra que é uma proposta que está sobre a mesa, que tem de ser votada, que é uma questão de redução de custos, e que o Executivo está a proceder desta forma, assim como o fez o anterior executivo.-----

Inscreeveu-se a Deputada Fátima Silveira. Disse que o problema de ser em formato digital é que precisariam de ter a sala com condições para usar essa forma. Afirmou que têm pessoas que na maioria não têm computador, não têm *tablet*, e têm pessoas que não gostam de lidar com a informática. Acrescentou que, se a Assembleia está em contenção de custos e não tem dinheiro para imprimir, as pessoas presentes também têm esses problemas pessoais, por isso não considera que seja justo ser o líder de bancada a receber em papel e as outras pessoas, que não vão usar meios eletrónicos, sejam elas a imprimir ou a fotocopiar.-----

A Presidente da Assembleia disse que aceita o que foi dito mas que já estão no Século XXI, que existem poucas pessoas que não tenham computador, que as reuniões são preparadas com antecipação sobretudo pelo líder da bancada municipal, e que a proposta foi feita neste sentido portanto vão pô-la a votação e caso não seja aceite vão continuar a proceder da forma que estavam a proceder anteriormente.-----

Inscreeveu-se o deputado João Estrela que disse que cada um é que devia poder escolher a maneira como queriam receber o material da Assembleia: em papel, ou por *e-mail* ou por cd: cada deputado escolheria como queria receber.-----

A Presidente da Assembleia referiu que o sugerido traria muita complicação para a Assembleia e como tal a proposta vai a votação e futuramente se acharem outro sistema ou forma de o fazerem a qualquer momento poderão propor. Concluiu que assim, é a referida proposta que está a votação e quem não concorda tem o dever de votar contra ou abster-se, para depois poderem apresentar outra proposta à mesa da Assembleia.-----



Assembleia Municipal de Velas

A proposta foi colocada a votação, sendo a mesma aprovada por maioria com onze votos a favor do grupo municipal do PSD, da deputada municipal Maria da Luz Graças e dos dois deputados municipais do PS, Rui Sequeira e Hélio Rosa, e dez votos contra dos restantes deputados. A Presidente relembra que a qualquer altura os deputados poderão fazer outra proposta.-----

----- Passando ao **segundo ponto**, da **apresentação de propostas de alteração do Regimento Interno da Assembleia Municipal**. A Presidente da Assembleia explicou que este ponto tem mais que ver com a introdução da legislação, com entrada em vigor da Lei nº75/2013 de 12 de Setembro com produção de efeitos a 30 de Setembro, que veio revogar alguns artigos estabelecidos pela Lei nº5-A/2002 de 11 de Janeiro e de mais legislação aplicável, referindo que enquanto não houver alterações o Regimento Interno se encontra em vigor. Assim, solicita a inscrição dos senhores deputados municipais que se queiram inscrever ou fazer propostas.-----

O deputado Paulo César inscreveu-se dizendo que a entrada da recente lei traz consigo alterações que importam derramar sobre o Regimento da Assembleia Municipal. Acrescentou que face a esta nova realidade, e face a um novo mandato, o grupo do PSD considera que é importante alterar este importante documento que norteia os trabalhos da Assembleia. Disse que, nesse sentido e preservando o espírito do anterior Regimento foi elaborada uma proposta de alteração ao Regimento que espelha as alterações da lei, acrescentando que essa proposta apresenta também uma reestruturação no corpo do antigo Regimento que acredita tornar mais intuitiva a sua consulta pelos membros da Assembleia pretendendo-se com isso facilitar a condição dos trabalhos deste órgão municipal. Referiu que o grupo municipal do PSD aproveitava a oportunidade para estender o convite aos restantes grupos municipais a apresentarem o seu contributo no desenvolvimento deste projeto, assim ao abrigo da alínea e) do art.76º do Regimento em vigor, o grupo municipal do PSD propõe uma alteração ao Regimento da Assembleia Municipal das Velas a alteração que se anexa e faz parte da presente proposta, que devido à sua extensão solicita que seja analisada em sede de Comissão Permanente.-----

A senhora Presidente da Assembleia pediu que posteriormente a Proposta chegasse à mesa e questionou se havia mais inscrições.-----



Fátima
Fátima
Velas

Assembleia Municipal de Velas

Inscreeu-se a deputada municipal Fátima Silveira que disse que pensava que a proposta devia ir para a Comissão Permanente para ser devidamente estudada por todos os intervenientes.-----

A Presidente da Assembleia conclui que a proposta baixará então para a Comissão para ser analisada, e que entretanto o atual Regimento se mantém em vigor.-----

-----A Presidente da Assembleia passou para a leitura do **terceiro ponto** da ordem do dia que se prende com **a eleição de quatro elementos para o Conselho de Ilha**, um órgão de natureza consultiva que se rege pelo Decreto Legislativo Regional 21/1999/A de 10 de Julho referindo no seu artigo 2º b) que faça parte do Conselho de Ilha quatro membros eleitos por cada Assembleia Municipal cuja eleição é regulamentada pelo nº1 do art.4º que estabelece que os elementos de cada Assembleia Municipal que são eleitos por listas concorrentes segundo o método da média mais alta *d'Hondt*; e o nº2 que estabelece que o mandato dos membros eleitos tem a duração de dois anos, podendo ele ser renovado. Neste ponto, a Presidente convida os deputados municipais a apresentarem propostas de nomes a submeter à eleição dos quatro elementos da Assembleia Municipal para fazerem parte do conselho de Ilha, em conformidade com a lei que regula o Conselho de Ilha. A Presidente explica que o método *d'hondt* para aplicar com o número de deputados presentes na sala não daria contas muito certas por isso a proposta que os senhores deputados fizerem será analisada e discutida, perguntando se algum dos deputados tem propostas a apresentar no referido ponto.-----

O deputado António Azevedo lembra que o **ponto número dois** não foi a votação pelo que **a Presidente da Assembleia** propõe a votação a hipótese da proposta para o novo Regimento baixar à Comissão. **Colocada a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta para imediata executoriedade.**-----

- Voltando ao terceiro ponto, volta a perguntar se algum deputado tem alguma proposta a apresentar para os seus **membros fazerem parte do Conselho de Ilha.**-----

----- **Inscreeu-se o grupo do CDS/PP**, propondo para a lista o deputado Fernandino Bettencourt Simas;-----

----- **Inscreeu-se o grupo do PS** propondo a deputada Maria de Fátima Silveira;-----

----- **Inscreeu-se o grupo do PSD** que propôs o deputado Vasco Pinto Azevedo e o deputado Rúben Alves Serpa.-----



Handwritten signature in blue ink.

Assembleia Municipal de Velas

A **Presidente da Assembleia** concluiu que será uma lista formada pelos deputados Fernandino Simas, Fátima Silveira, Vasco Pinto e Rúben Serpa. Além disso, acrescenta que sendo uma lista tem de haver votação secreta pelo que se distribuiu os boletins de voto por cada deputado. Seguiu-se a chamada para se inserir os boletins na tómbola. -----

Deram entrada vinte e um boletins de voto com “Sim” pelo que se aprovou com unanimidade a lista do Conselho de Ilha e em minuta para imediata executoriedade.

A Presidente da Assembleia lembrou que a Presidente da Assembleia e o Presidente do Executivo têm inerência própria.-----

-----A senhora Presidente iniciou o **ponto quatro**, respeitante à **eleição de sete elementos para a Comissão Permanente da Assembleia Municipal**. Referiu que o artigo.60º do Regimento em vigor diz que será constituída uma comissão Permanente composta por sete elementos eleitos em sede da Assembleia, que terá representação de todos os partidos ou coligações, ou grupo municipal constituído; no nº2 diz que a Comissão funcionará junto do Presidente da Assembleia que a presidirá com voto de qualidade. Enunciou que de acordo com o nº5 a sua constituição deve ser efetuada na primeira sessão da Assembleia Municipal que tiver lugar após a respetiva instalação. Assim, propôs aos presentes grupos municipais que apresentassem à mesa os nomes dos membros que propõem para fazer parte da respetiva Comissão com a finalidade de haver uma lista única. E acrescentou que devem indicar posteriormente o relator e o secretário, bem como elementos suplentes de cada grupo municipal, para se formar também uma lista única que deve também ser submetida a eleição. Abriu, assim, a hipótese de os grupos apresentarem os nomes:-----

----- **-O grupo CDS/PP indicou** como efetivos João Manuel Estrela Maciel e Maria da Luz Silva das Graças. Como suplente Armando Manuel Cordeiro Bettencourt;-----

----- **-O grupo do PS indicou** como efetivos José Júlio Rodrigues e Rui Sequeira. Como suplentes Sandra Fontes e Hélder Teixeira;-----

----- **-O grupo do PSD indicou** como efetivos Paulo César Azevedo Silva, José Luís Dias Bettencourt e Rúben Alves Serpa. Como suplentes António Azevedo e Liliana Maciel.-----



Assembleia Municipal de Velas

A **Presidente** voltou a indicar que sendo uma eleição com nomes teria de ser, novamente, por voto secreto pelo que se distribuiu os boletins de voto pelos deputados. Seguiu-se a chamada para inserir os boletins na tómbola.-----

Quanto à lista dos efetivos e suplentes a fazer parte da Comissão Permanente deram entrada vinte e um votos com “sim” pelo que se aprovou com unanimidade e em minuta para imediata executoriedade. Ficou assim formada e constituída a Comissão Permanente.-----

A **Presidente** toma a palavra para dizer que **dentro do mesmo ponto** há agora a votação do relator e secretário.-----

O deputado António Azevedo propôs que fossem os membros designados a escolher o relator e secretário. Contudo a **Presidente recusa** pois disse que está explícito no Regimento que o relator e secretário têm de ser eleitos no plenário da Assembleia. Para confirmar, a secretária da mesa Maria da Luz das Graças leu o artigo 60º nº3 do Regimento que enumera que a eleição tem de ser em plenário da Assembleia. Desse modo, a **Presidente** pede indicação pelos grupos de dois nomes.-----

----- **-O grupo do PSD** nomeia o deputado Paulo Silva para secretário.-----

----- **-O grupo do PS** abstém-se de indicar alegando que não tinham combinado entre o grupo.-----

----- **-O grupo do CDS/PP** indicou para relator o deputado João Estrela.-----

A **Presidente** retomou a palavra para voltar a indicar que é uma votação por voto secreto. Seguiu-se a distribuição dos boletins de voto pelos deputados e, conseqüentemente, a chamada para os inserirem na tómbola.-----

Quanto à lista do relator e secretário para fazer parte da Comissão Permanente deram entrada dezoito votos a favor e três abstenções, pelo que a lista foi aprovada por maioria e em minuta.-----

O deputado Hélder Teixeira pede para voltar ao ponto um da ordem de trabalhos porque considera que não se respeitou o art.41º nº2 do Regimento, segundo o qual devia haver lugar à abstenção e com a votação do levantar e sentar consideram que não houve lugar à abstenção. Após alguma controvérsia entre os deputados municipais, **o Presidente do Executivo pede a palavra** e explica que, apesar de o executivo não ter voto no assunto, a votação está correta porque quem vota a favor deixa-se ficar sentado, se levanta não é a



Handwritten signature in blue ink.

Assembleia Municipal de Velas

favor, pede para quem vote contra se sentar e sentaram-se todos, só se algum permanecesse em pé é que a Presidente questiona se alguém se abstém. Acrescenta também que a lei nº75/2013 de doze de setembro reúne em cinco sessões anuais convocada por carta registada ou por protocolo, pelo que a convocatória terá de ser sempre em papel, no entanto poderão é os documentos que suportam a agenda ser enviado por *e-mail* ou cd porque sobre isso a lei nada diz. Conclui que posteriormente se pretenderem em papel dirigem-se ao gabinete da Assembleia e pedem os documentos em papel pois têm a legitimidade de os requererem. Realçou que o executivo apenas tenta ajudar a solucionar o problema.-----

A Presidente da Assembleia concluiu dizendo que a mesa considera que a votação foi bem feita por isso ficaria igual.-----

-----A Presidente da Assembleia passou para o **ponto cinco** da ordem de trabalhos. Referiu que o ponto pressupõe a **designação de quatro elementos para a Comissão Alargada, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Velas** nos termos do artigo 16º da Lei nº147/99 de um de setembro; que a lei aprova a legislação da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em risco e estabelece que a Comissão funciona em modalidade alargada ou restrita designada posteriormente por Comissão Alargada e por Comissão Restrita de acordo com o artigo 17º i) e estabelece que entre os elementos que compõem a Comissão devem existir quatro pessoas designadas pela Assembleia Municipal, desses cidadãos eleitores preferencialmente com especiais conhecimentos ou capacidades para intervir na área das crianças e jovens em perigo, não estabelecendo a obrigatoriedade das pessoas a designar serem membros da Assembleia mas apenas de serem cidadãos eleitores, e não implica eleição mas apenas designação, dando a palavra aos grupos municipais para nomearem quem acham ter este perfil para fazer parte da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens.-----

----- **-O grupo municipal do CDS/PP** indicou Maria da Luz Silva das Graças, e suplente João Estrela Maciel.-----

----- **-O grupo municipal do PS** indicou Laurinda Soares e como suplente José Júlio Rodrigues.-----

----- **-O grupo municipal do PSD** indicou Maria Isabel Teixeira e Cátia Coquete, e como suplente José Luís Dias Bettencourt.-----



Handwritten signature in blue ink.

Assembleia Municipal de Velas

A **Presidente da Assembleia** informou que esta Comissão não indica a necessidade de suplentes mas que é preferível assim pois já aconteceu noutras alturas em que algum membro da Comissão desistiu e ficaram com menos um elemento a funcionar.-----

A Presidente conclui que assim, ficaram designados, pois a lei não obriga a que haja eleição mas apenas designação, os membros para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em risco. Ponto aprovado em minuta para imediata executoriedade.-----

-----A Presidente da Assembleia passa para o **ponto seis** da ordem de trabalhos, relativa à **fixação da taxa do IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) para o ano de dois mil e catorze**. Enuncia que a proposta refere que são os valores mínimos que a lei permite, mas antes de colocar o documento para aprovação aborda o Presidente do Executivo para saber se pretende fazer algum esclarecimento quanto à proposta aprovada em reunião do executivo para posteriormente procederem à discussão do mesmo.-----

O Presidente do Executivo tomou a palavra para dizer que a fixação desta taxa é obrigatória por lei, pelo que esta sessão extraordinária foi convocada essencialmente para aprovação destes documentos, pois têm de ser aprovados até ao final do mês de novembro. Afirmou que a proposta do executivo são as taxas mínimas mas confessa que foi a primeira reunião de Câmara, quatro dias após a sua entrada na Câmara, em que estavam a aprovar as taxas do IMI por isso, sabe que neste momento as famílias e as instituições atravessam dificuldades, devido aos efeitos da crise, embora as instituições de utilidade pública estejam isentas de pagar IMI e, portanto a decisão inicial foi a de considerar a taxa mínima mas confessa que se fosse hoje a proposta não seria esta taxa pois a situação financeira é tão complexa que percebe que não podem sacrificar mais as famílias, mas também os munícipes têm que entender que correm o risco de passar de mínimos para máximos porque se a Câmara deixar de reunir condições para pagar aos credores o Tribunal de Contas pode declarar a entrada em saneamento, e passa a ditar as regras. Disse que a solução para o saneamento é precisamente não entrar nele através de uma redução de despesas e aumento de receitas; e as receitas próprias só poderão aumentar através do IMI, das cobranças das águas e do lixo, e algumas taxas de licenciamento de obras. Assim, concluiu que as taxas são as mesmas, mas considera que no futuro terão de ponderar a situação, colocando a possibilidade de colocar taxas



Assembleia Municipal de Velas

intermédias. Acrescenta que gostaria de para o ano propor as mesmas taxas mínimas mas se a situação permanecer igual isso não será possível.-----

- **Inscreeu-se a deputada Fátima Silveira** para perguntar ao Presidente do Executivo se existe alguma razão para não haver proposta prevista no número oito do artigo 112º do CIMI.-----

O Presidente do Executivo respondeu dizendo que há um motivo, pois a Câmara não fez até hoje o seu trabalho, considerando que a deputada lhe fala dos prédios devolutos e degradados mas, não tendo informação sobre esses prédios, não pode taxá-los com mais percentagem sobre o valor aplicado. Referiu que o ano passado foi feita uma reavaliação aos prédios do concelho, mas esse trabalho não foi completado, faltando ainda a reavaliação de alguns prédios. Acrescentou que a recolha dessa informação é um serviço que o município tem a fazer e adianta que tudo fará para que no próximo ano terem esse trabalho feito e para que efetivamente possam taxar esses prédios com a majoração que a lei define, após a aprovação dos Deputados Municipais, além de ser um fator de receita, é um contributo para que os proprietários os possam restaurar ou vender a quem restaure para não estarem a degradar a imagem do nosso concelho. Informou ainda que já foram dadas diretrizes aos serviços para iniciarem a recolha dessa informação.-----

A Presidente da Assembleia usou a palavra para perguntar se havia mais inscrições e na falta delas colocou a proposta a votação.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta para imediata executoriedade.-----

-----A senhora Presidente passou para o **ponto sete** da ordem de trabalhos quanto à **proposta da fixação das taxas pelos direitos de passagem, da lei das comunicações eletrónicas, para o ano de dois mil e catorze.** A presidente da Assembleia passa a palavra ao Presidente do Executivo para se pronunciar sobre o assunto.-----

O Presidente do Executivo referiu que a taxa que cobram é a mínima, o que está em vigor neste momento, acrescentando não ser um valor considerável para o Município. Corrige-se, expondo que é a taxa máxima os 0,25.-----

A Presidente deu lugar a inscrições mas nenhum deputado se quis inscrever pelo que procederam à votação. A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta para imediata executoriedade.-----



Assembleia Municipal de Velas

-----A Presidente da Assembleia passa para o **ponto oito, quanto à contratação de prestação de serviços dos revisores oficiais de contas e auditoria externa** e pergunta ao Presidente do Executivo se pretende dar alguma explicação.-----

O Presidente do Executivo começou por referir que é o caso de serviços que contratam com outras empresas e não pretendem que seja pago apenas num ano. Exemplificou com o contrato de um ano feito com um jurista, mas negociado em Maio do ano passado, que é pago mensalmente mas só para o ano é que terminam o pagamento, é uma despesa efetiva mas paga em dois anos.-----

Inscreveu-se o deputado António Azevedo para referir que pensa haver alguma confusão com a resposta dada e com o ponto em que estão.-----

O Presidente do Executivo explicou que de facto se confundiu pelo que já estava a dar resposta para outro ponto porque estão interligados. Passou assim a explicar que neste momento o executivo não tem ROC porque o contrato que havia terminou, segundo julga, em finais do ano passado. Justificou que o anterior executivo propôs à anterior Assembleia Municipal a contratação desse ROC por mais dois anos e esta entendeu não aprovar essa proposta porque estava em véspera de eleições autárquicas e que seria o próximo executivo a decidir quem seria o próximo Revisor Oficial de Contas. O que acontece, explicou, é que o Revisor Oficial de Contas já fez a revisão de contas do final do primeiro semestre, embora não tivesse contratualizado para tal mas fê-la e a empresa não pede qualquer remuneração por isso, se não for aprovado, pois já está feito. Salaria que agora precisam de um revisor pois têm de analisar as contas no final do ano, por isso o que propõem é que se faça a contratação com este revisor de contas até ao final deste ano, ou seja, dois mil e treze, para que no próximo ano tenham tempo de escolher um novo ROC, que depois terá sempre de ser validado por esta Assembleia.-----

A Presidente da Assembleia usou a palavra para saber se alguém se queria inscrever, mas ninguém se inscreveu. Assim, procedeu-se à votação, sendo que este ponto foi aprovado por unanimidade e em minuta para imediata exequoriedade.----

-----A Presidente da Assembleia passou para o **ponto nove, quanto à prestação de contas intercalares.**-----

Relativamente ao ponto nove, a **Presidente da Assembleia** expõe que este documento é obrigatório nos termos do número dois do art.52º da Lei nº98/97 na redação dada pela Lei



Assembleia Municipal de Velas

nº48/2006 de vinte e seis de agosto. Referiu que surgiu a dúvida se era um documento que seria só de informação ou se teria de ser sujeito a votação. Menciona que o Executivo entendeu que o documento tinha de ser aprovado pelo que entende que também será necessário que a Assembleia o aprove. Assim, passa a palavra ao Presidente do Executivo.-----

O Presidente do Executivo disse que aquilo que decorre da lei é que quando há eleições, ou seja, sai um executivo e entra um novo, tem de haver a prestação de contas intercalares, ou seja as contas do Município ao dia que o novo executivo entrou. Explica assim que é uma informação que refere o estado das contas do Município, e em todas as Assembleias ordinárias virá sempre essa informação, que não vem nas sessões extraordinárias mas neste caso vem porque são as contas intercalares. Realça que na lei indica que estas terão de ser enviadas ao Tribunal de Contas, julga, nos quarenta e cinco dias posteriores à tomada de posse por isso tiveram de trazê-las a Assembleia Municipal, pedindo que também seja em minuta senão depois não poderão cumprir este prazo se aguardarem para a próxima sessão.-----

Inscreeveu-se o deputado António Azevedo que disse continuar com a dúvida se é para votação ou para mera informação. Pretendia que se esclareça se é para votação ou não.----

O Presidente do Executivo explicou que pode ser ou não aprovado pela Assembleia, mas têm de ser votadas as contas intercalares.-----

A Presidente da Assembleia tomou a palavra para referir que de acordo com isto o documento se encontra aberto a votação. **A prestação de contas foi aprovada por maioria com sete votos a favor do grupo municipal CDS-PP e catorze abstenções dos grupos municipais PS e PSD. Esta deliberação foi aprovada em minuta para imediata executoriedade.**-----

O Presidente do Executivo pediu a palavra para explicar que nunca houve qualquer dúvida do Executivo de que houvesse necessidade de aprovação em Assembleia.-----

A Presidente da Assembleia usou a palavra para explicar que tiveram essas dúvidas assim como surgiu à contabilidade, pelo que há uma informação legal que não explica se é um documento de mera informação ou se necessita de aprovação.-----

-----**A Presidente da Assembleia** passou para o **ponto dez** para designação de membros efetivos e igual número de suplentes para a **Comissão de Bolsas de Estudo.**-----



Assembleia Municipal de Velas

----- **-Inscreveu-se o deputado João Estrela** a nomear para efetivo Maria da Luz Silva das Graças e como suplente André Miguel da Silveira.-----

----- **-Inscreveu-se a deputada Fátima Silveira** a nomear para efetivo Rosa do Céu Pinto e como suplente Hélder Teixeira.-----

----- **-Inscreveu-se o deputado António Azevedo** a indicar como efetivo Liliana Maciel Almeida e como suplente Cátia Coquete.-----

Assim, **a Presidente** concluiu que vai a votação para a lista enquanto efetivos: Maria da Luz das Graças, Rosa Pinto e Liliana Almeida. Como suplentes André da Silveira, Hélder Teixeira e Cátia Coquete. Estes nomes seguiram para votação secreta, iniciando-se a distribuição dos boletins de voto.-----

Durante a votação a **deputada Fátima Silveira** questionou a Presidente se quando é por «designação» também há votação. A **Presidente da Assembleia** respondeu-lhe que todas as nomeações ou designações por nomes, têm de ser feitas por votação secreta, com exceção da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens das Velas.-----

Foram entregues vinte e um votos “Sim” por isso fica aprovada por unanimidade a Comissão para a Atribuição de Bolsas de Estudo e em minuta para imediata executoriedade.-----

-----A Presidente da Assembleia passou para o **ponto onze da Comissão Concelhia de Trânsito**. Disse que do mesmo modo que para a Comissão de Bolsas, pedia que os deputados indicassem uma lista para posteriormente ser sujeita a votação.-----

----- **-Inscreveu-se o deputado João Estrela** que indicou como efetivo Armando Bettencourt e como suplente João Estrela Maciel.-----

----- **-Inscreveu-se a deputada Fátima Silveira** que indicou como efetivo Rui Sequeira e como suplente José Júlio Rodrigues.-----

----- **-Inscreveu-se o deputado António Azevedo** que indicou como efetivo José Luís Dias Bettencourt e como suplente António Manuel Silveira Azevedo.-----

A Presidente da Assembleia referiu que vai a votação secreta como efetivos Armando Bettencourt, Rui Sequeira e José Bettencourt. Como suplentes João Estrela, José Rodrigues e António Azevedo. Seguindo-se a distribuição dos boletins de voto.-----

Foi aprovada por unanimidade a Comissão Concelhia de Trânsito composta pelos membros aprovados na lista, e em minuta para imediata executoriedade.-----



Handwritten signature in blue ink, likely of the President of the Municipality of Velas.

Assembleia Municipal de Velas

-----A Presidente da Assembleia passou para o **ponto doze** quanto à **Comissão de Toponímia**, referindo que irão proceder da mesma forma que para as outras comissões pelo que pediu que os grupos municipais designassem os seus elementos.-----

----- **-O deputado João Estrela** indicou como efetivo André Silveira e como suplente João Estrela.-----

----- **-A deputada Fátima Silveira** indicou como efetivo Fátima Silveira e como suplente Sandra Fontes.-----

----- **-O deputado António Azevedo** indicou como efetivo Maria Isabel Teixeira e como suplente Vasco Pinto.-----

Assim, a **Presidente da Assembleia** concluiu que a lista para eleição como efetivos tem André Silveira, Fátima Silveira e António Azevedo. Como suplentes João Estrela, Sandra Fontes e Vasco Pinto. De seguida distribuíram-se os boletins de votos.-----

Foram entregues vinte e um votos “Sim” para a Comissão de Toponímia. Estando a lista aprovada por unanimidade e em minuta para imediata executoriedade-----

-----A Presidente da Assembleia passou para o último ponto da ordem do dia, o **ponto treze**, quanto à **autorização da realização de mais um ano económico de despesas**, e referiu que o Presidente do Executivo se antecipou a explicá-lo mas que lhe volta a dar a palavra.-----

O Presidente do Executivo tomou a palavra e disse que a questão é a que efetivamente estava a explicar porque tem a ver com o ROC, daí a confusão, mas que esta sim é a subdivisão de despesas porque o ROC vai ser pago em duas prestações, vão ter de lhe pagar do primeiro semestre, mas só lhe pagam o fecho do ano depois de ele fazer o trabalho, o que significa que será em fevereiro ou março, antes de ser trazido à Assembleia Municipal a prestação de contas do ano de dois mil e treze que será na Assembleia Municipal de abril, acrescentou que o que pedem é a contratação do ROC só para o próximo ano, dois mil e catorze. Adiantou que, foi no presente dia a reunião de Câmara e que virá na próxima Assembleia Municipal pois decorre da lei e torna as coisas muito mais fáceis, que é uma proposta de autorização genérica para que sempre que haja questões dessa natureza o Presidente possa decidir pagar no ano seguinte, mas salientando que apenas de valores que já tenham sido aprovados pela Câmara e pela Assembleia Municipal. E apenas para a subdivisão de um ano para o outro. O pedido



Assembleia Municipal de Velas

actual é para o Revisor Oficial de Contas que acabou de ser aprovado, para que se possa pagar o segundo semestre do seu trabalho no próximo ano.-----

A Presidente da Assembleia mencionou que o documento se encontra aberto a discussão, perguntou se alguém se inscrevia para discutir sobre o assunto, e como nenhum deputado se pronunciou passaram à votação do documento em minuta. O documento foi aprovado por unanimidade.-----

A Presidente da Assembleia concluiu a sessão, dizendo que posto isto e chegada à meia-noite, dava por encerrada a sessão.-----

-----Encerrada a sessão lavrou-se a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Mesa da Assembleia.-----

João Adel Góis Pereira
José do Socil das Camp
Felipe



Assembleia Municipal de Velas

CERTIDÃO

Maria Isabel Góis Teixeira, Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Velas, certifica que:

A Assembleia Municipal do Concelho das Velas na sessão extraordinária de 29 de novembro de 2013 deliberou, aprovar em minuta, por unanimidade a seguinte deliberação:

*A Assembleia Municipal do Concelho das Velas aprova por unanimidade a proposta de deliberação sobre a fixação da **taxa pelos direitos de passagem/lei das comunicações eletrónicas** de acordo com o artigo n.º. 106, da Lei n.º. 5/2004, fixando para o ano de 2014 a taxa de 0,25%.*

Velas, 3 de dezembro de 2014

A Presidente da Assembleia Municipal

Maria Isabel Góis Teixeira

[Escrever texto]



Assembleia Municipal de Velas

CERTIDÃO

Maria Isabel Góis Teixeira, Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Velas, certifica que:

A Assembleia Municipal do Concelho das Velas na sessão extraordinária de 29 de novembro de 2013 deliberou, aprovar em minuta, o ponto referente à Prestação de Contas Intercalares, tendo a seguinte deliberação:

*A Assembleia Municipal do Concelho das Velas aprova com sete votos a favor do Grupo Municipal do Partido Popular, catorze abstenções do Grupo Municipal do Partido Social-Democrata e do Grupo Municipal do Partido Socialista a **Prestação de Contas Intercalares.***

Velas, 3 de dezembro de 2014

A Presidente da Assembleia Municipal

Maria Isabel Góis Teixeira



Assembleia Municipal de Velas

CERTIDÃO

Maria Isabel Góis Teixeira, Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Velas, certifica que:

A Assembleia Municipal do Concelho das Velas na sessão extraordinária de 29 de novembro de 2013 deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta a seguinte deliberação:

*A Assembleia Municipal do Concelho das Velas aprova por unanimidade a proposta de deliberação sobre a fixação das **taxas do imposto municipal sobre imóveis** de acordo com o artigo nº. 112, do Decreto-Lei nº. 287/2003 de 12 de novembro com as alterações introduzidas pela Lei nº. 64-B/2011 de 30 de dezembro, fixando para o ano de 2014 para os prédios rústicos 0,8%, para os prédios urbanos 0,5% e para os prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI 0,3%.*

Velas, 3 de dezembro de 2014

A Presidente da Assembleia Municipal

Maria Isabel Góis Teixeira



Assembleia Municipal de Velas

CERTIDÃO

Maria Isabel Góis Teixeira, Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Velas, certifica que:

A Assembleia Municipal do Concelho das Velas na sessão extraordinária de 29 de novembro de 2013 deliberou, aprovar em minuta, por unanimidade a seguinte deliberação:

*A Assembleia Municipal do Concelho das Velas aprova por unanimidade a proposta de deliberação sobre **autorização da realização de despesas em mais de um ano económico – prestação de serviços revisão oficial de contas/auditoria externa ao Município de Velas.***

Velas, 3 de dezembro de 2014

A Presidente da Assembleia Municipal

Maria Isabel Góis Teixeira



Assembleia Municipal de Velas

CERTIDÃO

Maria Isabel Góis Teixeira, Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Velas, certifica que:

A Assembleia Municipal do Concelho das Velas na sessão extraordinária de 29 de novembro de 2013 deliberou, aprovar em minuta, por unanimidade a seguinte deliberação:

*A Assembleia Municipal do Concelho das Velas aprova por unanimidade a proposta de deliberação sobre **contratação da prestação de serviços de revisão oficial de contas/auditoria externa ao Município de Velas.***

Velas, 3 de dezembro de 2014

A Presidente da Assembleia Municipal

Maria Isabel Góis Teixeira



Assembleia Municipal de Velas

CERTIDÃO

Maria Isabel Góis Teixeira, Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Velas, certifica que:

A Assembleia Municipal do Concelho das Velas na sessão extraordinária de 29 de novembro de 2013 deliberou, aprovar em minuta, o ponto referente à Designação de três elementos da Assembleia Municipal, para a **Comissão Concelhia de Trânsito**, tendo a seguinte deliberação:

A Assembleia Municipal do Concelho das Velas deliberou aprovar por voto secreto, três elementos com assento na Assembleia Municipal das Velas, bem como os respetivos suplentes, para integrarem a Comissão Concelhia de Trânsito, tendo sido aprovado por unanimidade os seguintes eleitos:

- Representantes do Grupo Municipal do Partido Social Democrático:

Efetivo – José Luís Dias Bettencourt

Suplente – António Manuel da Silveira Azevedo

- Representantes do Grupo Municipal do Partido Popular:

Efetivo – Armando Manuel Gambão S. Cordeiro Bettencourt

Suplente – João Manuel Estrela Maciel

- Representantes do Grupo Municipal do Partido Socialista:

Efetivo – Rui Miguel Vieira Sequeira

Suplente – José Júlio Maciel Rodrigues.

Velas, 3 de dezembro de 2014

A Presidente da Assembleia Municipal

Maria Isabel Góis Teixeira



Assembleia Municipal de Velas

CERTIDÃO

Maria Isabel Góis Teixeira, Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Velas, certifica que:

A Assembleia Municipal do Concelho das Velas na sessão extraordinária de 29 de novembro de 2013 deliberou, aprovar em minuta, o ponto referente à Designação de membros efetivos, e igual número de suplentes, de cada partido com assento na Assembleia Municipal, para a Comissão de Bolsas de Estudo, tendo a seguinte deliberação:

*A Assembleia Municipal do Concelho das Velas deliberou aprovar por voto secreto, os nomes dos representantes de cada partido com assento na Assembleia Municipal das Velas, bem como os respetivos suplentes, para integrarem a **Comissão de Análise de Bolsas de Estudo**, tendo sido aprovado por unanimidade os seguintes eleitos:*

- Representantes do Grupo Municipal do Partido Social Democrático:

Efetivo -Liliana Isabel Maciel Ramos Melo Almeida

Suplente – Cátia Filipa Vieira da Cunha Coquete

- Representantes do Grupo Municipal do Partido Popular:

Efetivo - Maria da Luz Silva Graças

Suplente – André Miguel da Silveira

- Representantes do Grupo Municipal do Partido Socialista:

Efetivo – Rosa do Céu Batista Pinto

Suplente – Hélder Fernando Sousa Teixeira.

Velas, 3 de dezembro de 2014

A Presidente da Assembleia Municipal

Maria Isabel Góis Teixeira



Assembleia Municipal de Velas

CERTIDÃO

Maria Isabel Góis Teixeira, Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Velas, certifica que:

A Assembleia Municipal do Concelho das Velas na sessão extraordinária de 29 de novembro de 2013 deliberou, aprovar em minuta, o ponto referente à Designação de três elementos da Assembleia Municipal, para a **Comissão Concelhia de Toponímia**, tendo a seguinte deliberação:

A Assembleia Municipal do Concelho das Velas deliberou aprovar por voto secreto, três elementos com assento na Assembleia Municipal das Velas, bem como os respetivos suplentes, para integrarem a Comissão Concelhia de Toponímia, tendo sido aprovado por unanimidade os seguintes eleitos:

- Representantes do Grupo Municipal do Partido Social Democrático:

Efetivo – Maria Isabel Góis Teixeira

Suplente – Vasco Filipe dos Santos Pinto Azevedo

- Representantes do Grupo Municipal do Partido Popular:

Efetivo – André Miguel da Silveira

Suplente – João Manuel Estrela Maciel

- Representantes do Grupo Municipal do Partido Socialista:

Efetivo – Maria de Fátima da Silveira

Suplente – Sandra Cristina Pereira Oliveira Campos da Rocha Fontes.

Velas, 3 de dezembro de 2014

A Presidente da Assembleia Municipal

Maria Isabel Góis Teixeira



Assembleia Municipal de Velas

CERTIDÃO

Maria Isabel Góis Teixeira, Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Velas, certifica que:

A Assembleia Municipal do Concelho das Velas na sessão extraordinária de 29 de novembro de 2013 deliberou, aprovar em minuta, o ponto referente à Designação de quatro elementos para a Comissão Alargada, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Velas, nos termos do artigo 16º. Da Lei nº. 147/99, de 1 de setembro, tendo a seguinte deliberação:

*A referida proposta não implica eleição mas sim designação, tendo o Grupo Municipal do Partido Social Democrático indicado para membros efetivos as **Sr.ª Maria Isabel Góis Teixeira e Cátia Cunha Coquete**, membro supletivo o Sr.º José Luís Dias Bettencourt, o Grupo Municipal do Partido Popular indicado para membro efetivo a **Sr.ª Maria da Luz Silva das Graças** e para membro supletivo o Sr.º João Manuel Estrela Maciel, o Grupo Municipal do Partido Socialista indicado para membro efetivo a **Sr.ª Laurinda Soares** e para membro supletivo o Sr. José Júlio Rodrigues.*

Esta proposta foi aprovada por unanimidade.

Velas, 3 de dezembro de 2014

A Presidente da Assembleia Municipal

Maria Isabel Góis Teixeira



Assembleia Municipal de Velas

CERTIDÃO

Maria Isabel Góis Teixeira, Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Velas, certifica que:

A Assembleia Municipal do Concelho das Velas na sessão extraordinária de 29 de novembro de 2013 deliberou, aprovar em minuta, o ponto referente à Designação de quatro elementos para a Comissão Alargada, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Velas, nos termos do artigo 16º. Da Lei nº. 147/99, de 1 de setembro, tendo a seguinte deliberação:

*A referida proposta não implica eleição mas sim designação, tendo o Grupo Municipal do Partido Social Democrático indicado para membros efetivos as **Sr.ª Maria Isabel Góis Teixeira e Cátia Cunha Coquete**, membro supletivo o Sr.º José Luís Dias Bettencourt, o Grupo Municipal do Partido Popular indicado para membro efetivo a **Sr.ª Maria da Luz Silva das Graças** e para membro supletivo o Sr.º João Manuel Estrela Maciel, o Grupo Municipal do Partido Socialista indicado para membro efetivo a **Sr.ª Laurinda Soares** e para membro supletivo o Sr. José Júlio Rodrigues.*

Esta proposta foi aprovada por unanimidade.

Velas, 3 de dezembro de 2014

A Presidente da Assembleia Municipal

Maria Isabel Góis Teixeira



Assembleia Municipal de Velas

CERTIDÃO

Maria Isabel Góis Teixeira, Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Velas, certifica que:

A Assembleia Municipal do Concelho das Velas na sessão extraordinária de 29 de novembro de 2013 deliberou, aprovar em minuta, o ponto referente à Designação de quatro elementos para a Comissão Alargada, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Velas, nos termos do artigo 16º. Da Lei nº. 147/99, de 1 de setembro, tendo a seguinte deliberação:

*A referida proposta não implica eleição mas sim designação, tendo o Grupo Municipal do Partido Social Democrático indicado para membros efetivos as **Sr.ª Maria Isabel Góis Teixeira e Cátia Cunha Coquete**, membro supletivo o Sr.º José Luís Dias Bettencourt, o Grupo Municipal do Partido Popular indicado para membro efetivo a **Sr.ª Maria da Luz Silva das Graças** e para membro supletivo o Sr.º João Manuel Estrela Maciel, o Grupo Municipal do Partido Socialista indicado para membro efetivo a **Sr.ª Laurinda Soares** e para membro supletivo o Sr. José Júlio Rodrigues.*

Esta proposta foi aprovada por unanimidade.

Velas, 3 de dezembro de 2014

A Presidente da Assembleia Municipal

Maria Isabel Góis Teixeira